



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETUBAL
Realizada em 21 de outubro de 2016

N.º 5/2016

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e dezasseis, realizou-se, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Alberto Manuel Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Rogério da Conceição Palma Rodrigues, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Nuno Filipe Cação Marques, João António Vicente, Luís Alberto Miranda Custódio, Joaquim Pereira Pires, João Gordo Martins, Anita da Conceição Birrento Vilar, Nuno Miguel Batista Lopes, Joaquim Manuel Carvalho Marcelino e Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Patrícia Alexandra Dores Paz Rodrigues, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes e Manuel Jorge da Silva Esteves.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, Paulo Rui Santos Reisinho Valdez e Fernando Manuel Monteiro.

Azeitão no Coração – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Freguesia de Azeitão).

Presidentes de Junta – Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal Maria da Dores Marques Banheiro Meira, os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Manuel Joaquim Pisco Lopes, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Miguel Catarino José, Fernando Jorge de Oliveira Paulino e António Miguel da Costa Ferreira, em substituição do Sr. Vereador Luís Alexandre

Rodrigues, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentou pedido de suspensão Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, conforme documento registado sob o n.º 3, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da CDU apresentou pedido de substituição Catarina Maria Pinheiro Pereira conforme documento registado sob o n.º 4, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, José Luís do Rosário Barão, Ilídio Fernandes Ferreira, Teresa Alexandre Malveiro Andrade e Arménio da Silva Duque, conforme documentos registados sob o n.ºs 5 a 8, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Coligação PSD/CDS-PP apresentaram pedido de substituição, Nuno Miguel Miranda de Magalhães e Maria Júlia Rodrigues de Oliveira Alves da Silva, conforme documentos registados sob os n.ºs 9 e 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do BE apresentaram pedidos de substituição, Henrique João da Costa Guerreiro, Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral, Albérico Afonso Costa Alho e Silvana Cassaca Parreira Paulino, conforme documentos registados sob o n.ºs 11 a 14, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Esmeralda da Costa Marques, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Alberto Manuel Sousa Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Sandra Cristina Rei Paulino Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Margarida Alexandra Ribeiro Pires Fernandes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, João Pedro Oliveira Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, Jaime Manuel Almeida Pinho, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à tomada de posse e respetiva substituição, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, Vitor Manuel Freitas Rosa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à tomada de posse e respetiva substituição, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

d) Faltas

Não houve.

II – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos um cidadão inscrito para intervir. (conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata).

António Patinho – Tudo o que é espaço público, tudo o que é jardins é só filtros de cigarros. É uma consciencialização das pessoas, uma questão de educação e respeito pelos outros. Uma coisa que se tem debatido há muitos anos na Cachofarra, quando vem as chuvas, aquele espaço inunda, porque nunca foi feito um escoamento correto das águas.

Aquelas toneladas de aparas que se encontram no porto são resíduos orgânicos, que estão metidos no perímetro da cidade. Agradecia a consciência de alguém responsável para tomar essas medidas, porque aquilo fermenta e não é muito bom para a saúde e para o ambiente. Agradecia que resolvessem esse problema. Já pedi à Capitania, ao Porto de Setúbal, agora estou a pedir à Câmara e já não sei para onde hei de ir para resolver esse problema.

Próximo da Loja do Cidadão, precisamente na zona onde nasceu o Vitor Batista, não tem qualquer tipo de escoamento, aquilo está tudo degradado, por isso gostava que fizessem essa intervenção.

Agradecer ao Jornal “O Setubalense” sobre os três reparos que utilizavam ao serviço da cidade, para melhorar a qualidade de vida dos setubalenses e elogiar a pessoa responsável por esses artigos.

III – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Carmina Ferreira (PS) – Para lembrar que ainda não recebemos a documentação que vimos solicitando, já há quatro sessões de Assembleia, que o Tribunal de Contas pediu, no âmbito do processo de aquisição de 1.600.000 litros de combustível.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Durante várias Assembleias interpelei o executivo a propósito da Rua Perpétua Azeitonense em Azeitão e da necessidade daquela rua levar um novo pavimento e ser reparado. Quero congratular a Câmara, porque isso já foi feito e a obra está em fase de conclusão, mas como ainda não terminou e não sei se está previsto ou não, gostaria que não se esquecessem de considerar a possibilidade de colocar mais lombas naquela artéria, porque os carros passam com alguma velocidade.

João Luz (CDU) – Desde que foi anunciado pelo Município de Setúbal e designadamente pela Sra. Presidente da Câmara, um investimento para a zona ribeirinha do nosso concelho, diversas especulações e diversas opiniões vieram a público. Nos últimos dias fomos brindados com um conjunto de intervenções públicas, designadamente por destacados membros do Partido Socialista, seus dirigentes, inclusive por uma Senhora Ministra. Esse conjunto de intervenções não os pode deixar de suscitar, no quadro desta Assembleia, algumas interrogações. Interrogações sobre a forma como cada um de nós intervém nestas matérias. Nesse sentido dirigindo-me especificamente à bancada do Partido Socialista nesta Assembleia e colocaria de forma direta algumas questões.

Se a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal considera adequado que a Sra. Ministra do Mar, no quadro de uma iniciativa partidária, numas jornadas parlamentares do Partido Socialista tece um conjunto de considerações e publicite um conjunto de opiniões sobre um projeto desta natureza, que até ao momento estava a ser tratado num quadro institucional, com a participação do município, com a participação da APSS, do Governo e do próprio investidor?

Se a bancada do PS considera que este caminho de trazer para a lógica da iniciativa partidária, questões desta natureza, faz sentido?

Se considera vantajoso que uma intenção de investimento estrangeiro desta natureza e com os montantes que estão envolvidos, seja transformada numa questão de ordem partidária e com laivos de alguma preocupação eleitoral por parte do Partido Socialista na região?

Compreendemos, tendo em conta a ausência de outros assuntos que se queira encontrar qualquer coisa, aqui estava um manancial de questões que podiam dar aso a que o PS aqui no concelho tivesse alguma coisa em que agarrar, no ponto de vista da sua intervenção política/pública no quadro partidário.

Se consideram que numa fase destas, em que o investimento ainda está na fase em que está, se é natural e se é normal que os dirigentes do Partido Socialista falem publicamente em “fantasia da Presidente, em tentativa de enganar os setubalenses”?

Se isto é um contributo para a captação de investimento ou se pelo contrário, é um válido contributo para espantar investimento no nosso concelho?

Na decorrência deste conjunto de questões, também da mesma forma frontal com que coloquei as outras, coloco a questão final.

Afinal o que é que o Partido Socialista defende para a zona ribeirinha de Setúbal?

Sabemos que já defendeu uma marina, mas agora tem dúvidas. Na prática não sabemos e gostávamos de conhecer, por isso colocamos esta questão.

Se estão ou não de acordo com o investimento requalificado naquela área?

Se têm alguma oposição de fundo ao memorando que foi assinando e às notícias públicas que surgem sobre esta perspetiva de investimento?

O que é que o Partido Socialista nos propõe como alternativa para a zona ribeirinha de Setúbal, que tem estado num processo de requalificação e de devolução aos setubalenses de toda a ligação ao rio, coisa que durante décadas não foi possível?

Não queremos acreditar que o Partido Socialista esteja a tratar esta questão do projeto na zona ribeirinha de Setúbal, com a mesma leviandade com que trata questões relacionadas com a ADSE, que assistimos bem há pouco, com o comunicado que fez de uma profunda má-fé. Só podem ser duas coisas, ou é uma profunda má-fé ou é de uma ignorância extrema que não acreditamos. Temos em boa conta os conhecimentos dos eleitos do Partido Socialista e dos seus dirigentes, por isso só podemos considera que foi de uma profunda má-fé. Por isso questionamos, se é no quadro da mesma leviandade que estas matérias estão a ser tratadas?

Pela nossa parte entendemos que este assunto deve-se manter num nível institucional, tratado entre as entidades que compõem o grupo de trabalho que está criado, deve haver espaço para

continuar as negociações, este projeto deve ser apreciado à luz dos interesses de Setúbal e dos setubalenses, e no quadro dos instrumentos de gestão territorial em vigor, rejeitando tudo aquilo que forem caminhos de especulação e de populismo em torno desta matéria.

Nesse sentido e reafirmando este nosso posicionamento gostaríamos de ouvir o que é que o Partido Socialista tem como resposta a este conjunto de questões.

Manuel Esteves (PS) – Depois desta intervenção do Sr. Deputado do PCP até estou a tremer, porque queria também fazer algumas observações e fiquei um bocado nervoso, estou cheio de medo, mas com certeza que a gente aqui não se vai encolher e eu vou reclamar com que direito lá na minha União das Freguesias.

Começaria por lembrar que na última Assembleia tinha pedido aqui, que havia uma necessidade de uma placa sinalética, no sentido de Setúbal/Azeitão, a indicar onde ficava a Aldeia de Vendas de Azeitão. A placa já lá existiu e desapareceu. A Sra. Presidente não está presente, mas tinha-me dito que a placa ia ser colocada, mas até agora ainda não foi colocada placa nenhuma.

Para não cair no esquecimento, dizer à Sra. Presidente se havia possibilidade de fazer chegar um espelho no cruzamento da Rua dos Trabalhadores de Setúbal com a Rua do Olivalinho. Passo ali todos os dias e todos os dias quando se cruzam dois carros é sempre muito difícil, já houve alguns acidentes. Um bocado de cuidado nunca é demais.

Há uma situação que foi apresentada na semana passada, referente à Rua do Poeta Sebastião da Gama, por causa do estacionamento junto ao Grupo Desportivo União e Progresso. Segundo me foi relatado pelos moradores daquela rua, ninguém pode estacionar, porque a Guarda Republicana, por denúncia anónima, foi para levantar todos os carros que lá estavam estacionados. Sendo uma rua com dois sentidos e estando ali meia dúzia de moradores, eles agora perguntam “como é que vão fazer para estacionar os carros?”. Se não estacionarem os carros na rua que lhes diz respeito e à porta, têm que ir estacionar os carros à porta dos outros. Começam agora uns atrás dos outros, isto é um rolo e nunca mais ninguém se entende ali. Eles andam assutados e houve um deles que me disse, se tivesse a possibilidade de apresentar esta questão na Câmara que eles agradeciam e eu não faço mais que a minha obrigação e o meu dever de fazer chegar aqui esta informação.

Senhor Presidente acontece um assunto que também me tocou e “*quem não sente não é filho de boa gente*”. As Águas do Sado estão a fazer em Azeitão e provavelmente aqui em Setúbal, entregas de cartas de porta em porta, por empresas que nós não conhecemos, nem conhecemos as pessoas, com atrasos de dois meses a três meses. Acontece que eu recebi e era para ter trazido, mas não vale a pena, porque basta estar aqui a dizer, que se pode confirmar a qualquer momento, cartas com dois meses de atraso e uma delas ameaçadoras com os cortes da água, já com juros, de uma carta que nunca conseguimos possuí-la. Isto é uma situação que já vem detrás. Já tinha ouvido falar, já tinha ouvido algumas queixas, mas agora como me tocou mais de perto, é natural e tenho a confirmação, daí a razão de ter que pôr aqui esta questão. Sei que as Águas do Sado é um órgão que está um bocado à parte da Câmara entre aspas, mas a Câmara tem uma certa responsabilidade e um certo relacionamento sobre estes assuntos. Isto está a ser deveras muito agressivo, porque mesmo os reformados têm avisos de cortes e com juros de 3,00€ a 5,00€, a centenas de pessoas, veja qual é o roubo que as Águas dos Sado neste momento estão a fazer à população. Penso que em Setúbal acontece a mesma coisa.

Manuel Fernandes (PS) – Pedi a palavra, porque foi feita uma interpelação à bancada do Partido Socialista e desde já agradeço o Sr. Deputado João Luz por ter feito, até mesmo, porque estas sessões tornam-se mais importantes e mais interessantes se servirem para esclarecer aquilo que há para esclarecer. Infelizmente não temos tido sempre a mesma clareza

quando somos nós a interpelar a bancada da CDU, mas nós vamos fazer o melhor possível para poder esclarecer e clarificar aquilo que nos foi perguntado e pôr um ponto de ordem à mesa.

Sr. Deputado João Luz, o assunto está ainda em fase preambular, tal como diz o próprio promotor do investimento. O investimento da “Macau Legend” poderá ser um investimento estruturante para o concelho de Setúbal e o Partido Socialista, tal como também veio a público, desde 1998, na altura da candidatura ao Projeto Polis, defende uma marina em Setúbal. A defesa da marina em Setúbal em 2016, continua a ser uma defesa do Partido Socialista, continua a ser um projeto que o Partido Socialista acarinha. O projeto da marina em Setúbal, é um projeto que, com todas as suas virtudes e todas as suas potencialidades, numa região cujo seu principal potencial endógeno é precisamente o turismo, obviamente que faz todo o sentido. O que nunca faria sentido para o Partido Socialista era, se por algum motivo o facto de existir uma marina colocasse em causa a atividade comercial do Porto de Setúbal. Acreditamos e queremos acreditar que o facto de vir uma marina para Setúbal, ao conseguir-se colocar através de um investidor privado, nunca por motivo algum, que passasse pela cabeça quer da bancada da CDU, como pelo executivo da Câmara, colocar em causa a atividade comercial do porto. Isso é que nunca nos passaria pela cabeça!

A marina é uma coerência de investimento que o Partido Socialista acarinha desde 1998. A essa coerência de investimento e esse carinho que o Partido Socialista tem demonstrado ao longo de todos os anos e ao longo de todos os atos eleitorais, não tem sido acompanhada pela bancada da CDU. Em maio de 2008, aquilo que era o Alfa e o Ómega do desenvolvimento para o concelho de Setúbal, passava pela criação de uma Estação Intermodal. Nessa altura era para se fazer uma zona de passagem, que está escrito na comunicação social pelos vários membros do executivo da CDU, que serviria para transitar cerca de um milhão de passageiros que se deslocariam para a zona sul do país. Setúbal não poderia ser transformada num parque de estacionamento do litoral alentejano e do desenvolvimento turístico do litoral alentejano. Esse era o Alfa e o Ómega do executivo CDU. Em 2016 a CDU juntou-se ao Partido Socialista e defendeu a marina como uma fixação de turistas em Setúbal. Significa que em termos de coerência estamos clarificados. Houve uma alteração, que é bem-vinda da parte da bancada da CDU, que nós nos regozijamos, porque pensamos que é positiva para o concelho. Há que salvaguardar aquilo que o próprio Partido Socialista já tem dito muitas vezes, em muitos fóruns e em muitos lugares. Se o executivo da CDU conseguir trazer a marina para o concelho de Setúbal e se ela própria vem alavancar o desenvolvimento, quer do comércio local quer do seu potencial endógeno, em todo o redor do setor do turismo, é bem-vindo. Se for pela mão do turno da CDU, que seja pela turno do executivo quando está no executivo, porque a iniciativa é sempre privada. Se for no turno da CDU será no turno da CDU, como se for no turno do Partido Socialista será no turno do Partido Socialista.

Uma questão que foi levantada e que merece ser respondida. *“Se o Partido Socialista se revê nas palavras da Ministra do Mar e se entende que aquilo que a Ministra do Mar disse, de alguma forma belisca aquilo que poderá ser eventualmente o investimento?”* O que a Ministra disse, quanto a nós não nos espanta nem traz mal nenhum ao mundo. O que veio a lume, foram as afirmações bastante contundentes, da parte da Sra. Presidente e de outros membros do executivo, na comunicação social, a radicalizar, a dramatizar e até a desvirtuar aquilo que foi dito pela própria Ministra. O que a Sra. Ministra disse, não foi mais nem menos, do que aquilo que acabei de dizer anteriormente, foi exatamente a mesma coisa. Se colocar em causa a atividade comercial do porto, então teremos que pensar no projeto, não como ele foi apresentado, mas temos que pensar o projeto numa outra forma, não significa que o projeto da marina seja inviável, tem é que ser compatível com a região.



Apresentar um projeto empresarial na comunicação social e dotá-lo como se fosse um projeto autárquico, isso é que não é natural.

Aquilo que foi apresentado até é um esboço, segundo o próprio promotor, nem sequer é um projeto, no entanto ele ficou plasmado nas primeiras páginas dos jornais da região, como se fosse o “Alfa e o Ómega” do desenvolvimento da região de Setúbal. Isto ainda nem sequer está fechado. Ele quando veio a lume, antecipou-se à própria comissão que ainda nem começou a reunir.

Se há uma comissão que está a reunir para decidir em relação ao projeto e a avaliar a continuidade e o investimento que pretende fazer em Setúbal, por que razão é que já veio de forma contundente e de forma cabal, como se tivesse concluído todo o desfecho até mesmo em termos de impacto ambiental?

Foi aquilo que veio a lume, foi aquilo que veio na comunicação social, a mesma fotografia já apareceu duas vezes em “*timings*” diferentes.

Aquilo é um cartaz de publicidade, é o quê?

É um projeto de uma marina qualquer, algures no planeta?

Aquilo não é um projeto, porque segundo o que o promotor diz, aquilo é um esboço daquilo que poderá eventualmente ser feito.

O que o Partido Socialista diz é: *“Marina, sim! Tendo que ser um projeto exequível e em simultâneo contundente com a atividade do porto e com a atividade comercial. Com aquilo que é o polo industrial, do Parque Industrial da Mitrena, com toda a indústria que consolida cerca de um terço da massa trabalhadora do concelho de Setúbal.”*

Se isso não for considerado em causa, com certeza que a marina faz todo o sentido e o Partido Socialista será um parceiro nessa matéria.

Vitor Ferreira (PS) – O que a bancada do Partido Socialista tem que dizer, a propósito do episódio ADSE. É tempo de se prestar também, sem má-fé ou outro tipo de comportamento de ocultação, prestar aquilo que são os esclarecimentos que são pedidos. Ainda agora a minha camarada Carminda teve ocasião de solicitar, uma vez mais documentação e aqueles que participaram na última reunião da Comissão de Economia Administração e Finanças pediram alguma documentação, não fui eu que pedi, mas sim o Deputado Paulo Valdez. O que está em sede de Comissão Permanente combinado, quando alguém pede é suposto ser distribuído pelos outros. Na realidade pedimos documentação que não chegou e já não falo daquele célebre episódio da tal carta da DGAL. São muitos os exemplos em que a informação pedida por esta casa, que é uma casa da democracia, onde estão eleitos pelos setubalenses e azeitonenses, merecem a nossa consideração (não podemos esquecer que nem todos os setubalenses e azeitonenses votaram na CDU, alguns votaram PS outros no PSD, no BE e no AC), porque perante a lei todos nós temos direito a ter essa informação para exercer a nossa ação fiscalizadora. Essa informação sistematicamente, recorrentemente nos é ocultada. Não pedimos nada que não seja de direito, não pedimos nada que não seja justo e que não seja o necessário para exerceremos a nossa ação fiscalizadora. A verdade é que não recebemos recorrentemente a informação que pedimos e são muitos os casos. Relembro que na última Comissão Permanente o Senhor Deputado João Afonso Luz teve, até para evitar confusões e tornar mais viável o acesso à informação, sugerir que os presidentes das comissões façam o pedido através do Sr. Presidente da Assembleia, que aproveito para chamar esta questão, como pessoa que fará parte da solução e não do problema. A verdade é que isto não pode continuar. Acredito que o povo setubalense e azeitonense também não gostará de saber que a oposição não consegue fazer o seu trabalho como deve ser, porque sistematicamente, e acredito que não seja por má-fé, nos é ocultada a informação a que temos direito, que é legítimo num regime democrático.

Sobre o caso ADSE, vou-me reservar, porque parece que temos que ir a tribunal, até já estou a constitui um “Kit” que chamo de “Kitsi”, não vá alguns de nós ter que ir parar à Sibéria. Digam o que disserem, um vintém é um vintém e uma dívida é uma dívida.

Presidente da Mesa – Não concordo de todo consigo, no que diz respeito àquilo que insinuou, ser a sua negação de informações pedidas pelos Srs. Deputados. Isso, tanto quanto eu sei, nunca aconteceu e tanto quanto espero nunca acontecerá. Na última Comissão Permanente foi decidido que a documentação e todo o tipo de informações documentais, que os Srs. Deputados considerassem necessária para aprofundar a discussão dos temas que têm que abordar na reunião das comissões, será veiculada pelo coordenador da respetiva comissão, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, que seguindo os trâmites regimentais lhe dará sequência. Poderá dizer-se nesta primeira situação em que poderia ter de facto sido verificado este mecanismo e ele não se verificou com toda a exatidão, devo confessar que me cabe a mim provavelmente a responsabilidade disso, porque eu não consegui, por démarches que tenha feito, chegar concretamente à conclusão quais eram os elementos que tinham sido solicitados pelos Senhores Deputados em plena comissão. Suponho hoje, que o que se passou foi basicamente uma completa impossibilidade de ler documentos que tinham sido fornecidos. Se assim foi, essa questão, embora tardiamente, vai ser naturalmente remediada dentro de momentos.

Vitor Ferreira (PS) – Longe de mim estar a responsabilizá-lo de alguma coisa, não disse nada que o responsabilizasse e vou fazer o papel que me faz lembrar algo que aconteceu na última Assembleia. Eu confio na ação do Sr. Presidente, por isso é que eu digo que considero que poderá fazer parte da solução e não do problema. Ao longo deste mandato, as diferentes bancadas têm feito solicitações e temos tido acesso à documentação? Não temos! Ainda agora a minha camarada acabou de levantar essa questão.

Vou citar o Deputado Paulo Valdez, com todo o respeito. O Deputado Valdez, não há reunião quer da Comissão Permanente quer desta Assembleia, que não se queixe da documentação que pediu, nós próprios pedimos documentação que não aparece. Não é responsabilizar o Senhor Presidente, nós contamos consigo, dentro daquilo que for a sua melhor ação para isto mudar, porque tem que mudar e faz parte do jogo democrático, nós temos acesso à documentação, porque não podemos fazer como a bancada da CDU, mesmo sem a documentação dizer que confia. É natural que a bancada da CDU confie no executivo CDU, mas é natural que a oposição tenha de analisar os documentos para poder fazer como deve ser o seu trabalho de oposição. É verdade que podemos também encontrar outra forma de ter acesso a esta ou àquela informação, faz parte da nossa vida enquanto bancada da oposição.

Não quero que o Sr. Presidente fique com a ideia que o estou a responsabilizar a si, longe de mim! Esta bancada tem confiança na ação do Presidente e até dos Presidentes das comissões, por aquilo que me foi dado a aperceber. Outro dia participei numa comissão e não fiquei com nenhuma razão para desconfiar que o não termos acesso à informação é da responsabilidade dos membros desta casa. O não termos acesso à informação é da responsabilidade do executivo, que não a tem fornecido.

Poderá ter razão para não fornecer, esperemos que nenhuma delas seja de má-fé!

Presidente da Mesa – Estou convencido de que na realidade havendo toda esta recíproca posição de boa-fé, as coisas se resolverão e daqui para o futuro continuará a haver uma franca e quanto possível fornecimento de informação aos Srs. Deputados, sempre que elas sejam solicitadas.

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesia de Azeitão) – Quería alertar a Câmara no sentido de junto das Estradas de Portugal, ver se resolvem um problema, que se passa ao longo da EN 10, em todo o comprimento da Quinta das Torres. Na Quinta das Torres fizeram o abate de enormes árvores que partiram quase todo o muro, o qual caiu para dentro da berma da EN 10. Veem aí as chuvas e aquilo constitui um perigo, já há alguma dificuldade da drenagem de águas naquela estrada e com as valetas absolutamente entupidas dos bocados do muro, certamente que a situação se irá complicar. As pernadas que não podiam aproveitar deixaram-nas a secar e algumas delas caíram em cima da estrada. A Câmara deverá junto das Estradas de Portugal fazer alguma pressão. A Junta já comunicou às Estradas de Portugal, mas até hoje ainda não tivemos qualquer resposta.

Gostaria que a Câmara, uma vez mais, junto da EDP a obrigasse a retirar dois postos que estão, um deles há mais de dois anos e outro há um ano e tal, literalmente no meio da rua. Um deles há mais de dois anos encontra-se na Rua Almada Negreiros o outro há muito mais de um ano encontra-se na Rua da Euro Cerâmica, ambos estão desativados, o que constituem um perigo. Tal como é do conhecimento da Sra. Presidente, na Rua da Euro Cerâmica dá-se a coincidência do proprietário da casa ter recuado o muro. O proprietário recuou o muro, a EDP colocou um poste novo ao nível do novo muro e deixou ou outro poste desativado no meio da rua. Segundo funcionários da EDP, que trabalham em Azeitão, dizem que a EDP até já entregou esta obra a uma empresa, na verdade é que a empresa não aparece para fazer o serviço.

Já me apeteceu deitá-los abaixo, se calhar quando estiverem no meio da rua já aparece alguém para o recolher. É vergonhoso aquilo que se passa com estes dois postes e a EDP não dá resposta.

Não ouvi toda a intervenção do Sr. Manuel Esteves, mas imagino que tenha falado no espelho. O espelho está pedido.

Imagino que tenha falado na placa das Vendas, mas hoje as Vendas, naquele cruzamento, que tanto dá acesso para a esquerda como para a direita, antigamente é que só dava acesso a Vendas para um dos lados, por isso essa sinalética já não se justifica.

Relativamente às multas do estacionamento junto ao pavilhão, como o Sr. Manuel Esteves sabe, a Câmara ou a Junta de Freguesia não podem dizer à GNR para não multar e nem devem, quanto muito poderão sensibilizar, mas mais importante que isso, serão os dirigentes do GMDUP que deverão sensibilizar os pais e os atletas para não estacionarem à frente de garagens de pessoas que ali têm os seus portões, porque depois aquele que tem o portão dele tapado telefona para a GNR e a GNR quando ali chega não multa só aquele, multa todos os que estão mal estacionados. Todos temos que fazer ali algum papel pedagógico, quer junto dos pais dos atletas, quer juntos dos dirigentes, quer até pedir alguma compreensão aos moradores dali, porque nós não podemos impedir a GNR de atuar e muito menos depois ter sido chamada pelos moradores, que veem a suas garagens obstruídas e não podem sair. Há um trabalho que tem que ser feito, mas é lá dentro de Vendas de Azeitão, é junto da Direção, é junto dos moradores ali à volta. Quando o pavilhão foi feito, o Sr. Manuel Esteves sabe que a zona residencial já estava consolidada e não havia alternativa para se fazer estacionamento. A primeira coisa a fazer passa por uma ação pedagógica junto destes agentes que eu referi.

Nuno Marques (CDU) – Tomei conhecimento pela comunicação social que ontem estive o Secretário de Estado das Finanças na nossa cidade, numa sessão de natureza partidária e ocorreu-me na sequência da última sessão da Assembleia Municipal, se os Senhores membros da Assembleia eleitos pelo Partido Socialista teriam aproveitado esta sessão, para perguntar ao Senhor Secretário de Estado se já tinha resposta à questão que lhe foi colocada pela Câmara Municipal de Setúbal, já há bastante tempo, e que esta Assembleia também tem tido a grande

vontade de clarificar relativamente ao IMI. Espero que tenham aproveitado a ocasião, uma vez que os membros desta Assembleia do Partido Socialista têm insistido bastante junto dos membros do Governo, na clarificação desta questão, porque é uma questão importante para a população do concelho.

Relativamente à discussão sobre as questões relacionadas com a zona ribeirinha de Setúbal, quero aproveitar para fazer uma precisão. A CDU não defende a questão da náutica de recreio na nossa cidade desde 2008, é engano ou má informação. Convém precisar para ficarmos todos com boa informação e para que estes pequenos desvios não façam caminho, a CDU defende uma marina e um incremento da náutica de recreio e de todas as atividades económicas associadas à náutica de recreio, pelo menos no seu programa eleitoral, desde 2001. Em 2008, aquilo a que o Sr. Deputado se queria referir é ao Plano Integrado de Valorização da Zona Ribeirinha de Setúbal. Foi um programa apresentado pela Câmara Municipal, apresentada uma candidatura a fundos comunitários, aprovada e que tinha um conjunto de ações e tinha outras ações que não sendo passivas de financiamento estavam também previstas, porque correspondiam a uma visão estratégica alargada do território, neste caso da frente ribeirinha de Setúbal, que dava coerência a tudo isso. Essa visão mantém-se e essa visão tinha, tal como o Sr. Deputado referiu, a Estação Intermodal, que não era para servir só as pessoas que se deslocam para o litoral Alentejano. A Estação Intermodal continua a ser uma necessidade muito grande para a mobilidade da nossa cidade e até para o porto de Setúbal seria importante. Mas se o Senhor Deputado se recorda, estava previsto como projeto complementar estratégico a Estação Intermodal e certamente também se recorda que constava a construção de uma marina. Esse é apenas mais um momento, mas aí não no plano partidário, mas no plano institucional, em que a Câmara Municipal reafirmou, no âmbito da sua visão estratégica para o território da cidade, a questão da marina.

Sobre esta questão que foi colocada pelo meu camarada João Afonso e que já foi discutida por outros membros da Assembleia, julgo que independentemente das questões políticas que possamos discutir e das formas como se discutem, quem tem a responsabilidade de gerir estes processos (e isso não é no espetro da discussão política, como acontecem nesta Assembleia ou noutros espaços de discussão) tem de o fazê-lo com responsabilidade e seriedade e foi exatamente aquilo que não aconteceu, isto foi aquilo que a Sra. Ministra não o fez. Na sequência disso a Presidente da Câmara proferiu nas suas declarações, que a Sra. Ministra tinha desautorizado a administração portuária. Porque é a administração portuária que acompanha este processo como outros processos, junto da Câmara Municipal, porque é obviamente com a administração portuária que a Câmara tem que se relacionar no dia-a-dia, felizmente com boas relações nos últimos anos, coisa que não era histórico na nossa cidade. Nem nos tempos em que as administrações portuárias e da Câmara Municipal eram do Partido Socialista havia uma tão boa relação. Nos últimos anos tem havido uma boa relação e desejo que seja para continuar, porque a cidade precisa disso. Do mesmo modo que a Câmara também se relaciona, sempre que necessário com a Administração Central e com o Governo e vice-versa.

Estou a falar de um registo que é público.

Há também uns comentários, uma clarificação por parte da empresa que promove este potencial investimento, que na minha perspetiva põe em evidência, com muita elegância, um outro aspeto na atitude das Sra. Ministra e que é a grande ignorância que ela manifestou, porque estamos a falar de um interesse, de um projeto a ser desenvolvido no âmbito do qual é firmado um primeiro passo, obviamente após discussão e reflexão dos promotores e das principais entidades envolvidas, que é significativo e assinalável e que é a assinatura de um memorando de entendimento, que é justamente a forma de expressar uma manifestação de

interesse séria e já consolidada e com alguma maturidade, de outro modo não teria passado ao papel. Como bem referem os próprios e como já foi referido hoje.

Como é que a partir daqui, um dos membros do Governo consegue tirar ilações desta natureza, de que tem as maiores reservas a este projeto?

Mas qual projeto?

Ninguém conhece nenhum projeto, não existe projeto. Um membro do Governo tem que saber que há um conjunto de passos a dar, que até são do domínio público. Haverá um plano de pormenor, um estudo de impacto ambiental, um estudo de viabilidade económica e tudo isto terá que passar pelo crivo de variadíssimos organismos e departamentos da administração central, como todos sabemos.

Este projeto será aquilo que os promotores desejarem e que seja aceite pelo Estado português e pela Câmara Municipal, que são as entidades que têm a tutela sobre este território.

As declarações das estruturas distrital e concelhia do PS e desta vez não houve vários PS houve um só, foi tudo na mesma esteira, só não são tão graves, porque as pessoas têm responsabilidades diferentes e, porque um membro de um Governo não é a mesma coisa que um dirigente de um partido, mas não deixam de ser graves e estas sim são insultuosas. São insultuosas para a Presidente da Câmara e insultuosas para a minha cidade e eu sinto-me insultado.

É curioso que contrariam as declarações da Ministra, porque ao mesmo tempo que teçam um conjunto de acusações à Presidente da Câmara e dizem que este projeto é todo uma fantasia da cabeça da Presidente da Câmara, e um conjunto de outras considerações deste nível, por outro lado dizem que isto está tudo em aberto, porque ainda não há projeto.

Porquê desde logo aquela intervenção da Ministra? Esta é a dúvida que se coloca.

Parece-me que isto foi uma valente argolada e saiu muito mal. Às vezes temos coisas que nos saem muito mal, mas o melhor que fazemos é procurar corrigi-las logo a seguir e não foi o que aconteceu. O Partido Socialista veio dar conforto à Sra. Ministra. Os tempos mudaram, vivemos tempo de mais democracia, de diálogo, etc., mas há protagonistas que são os mesmos e não conseguem alterar as suas práticas e de vez enquanto aquele registo “trauliteiro” ainda está presente. Isto não basta mudar os tempos. Às vezes a gente veste uma roupa que não é nossa, mas ela passado algum tempo começa a ficar muito desconfortável. Nós não nos metemos com o PS e escusamos de levar, tal como disse um ex-Ministro, não sei se ainda “trauliteiro”.

Já todos sentimos, que lá fora junto dos nossos concidadãos, esta questão não foi bem entendida. Ninguém entenderá como é que num país que está a tentar sair de uma grave crise económica e social, aparece a possibilidade de um investimento, que pode chegar aos duzentos e cinquenta milhões de euros, que pode vir a gerar três mil postos de trabalho e o Governo trata disto assim!

No contexto semiprivado/semipúblico de uma reunião partidária é dito isto!

Na véspera tinha havido um seminário sobre a frente ribeirinha de Setúbal, promovido pela Câmara e pela Administração do Porto, esteve a Presidente do Porto de Setúbal e ela não falou em nada disto.

Os jornais também dizem que a Sra. Ministra terá dito que já não havia terminal do Barreiro e hoje de manhã houve uma sessão em Lisboa para comemorar os 129 anos do Porto de Lisboa, justamente o tema da sessão era o terminal do Barreiro. Parece-me que o Governo anda um pouco baralhado em algumas coisas.

Isto não é forma de gerir um processo desta natureza. Esta questão deve ser aclarada. A empresa até refere que este projeto é acompanhado desde o início pelo Governo e também é público que a Presidente da Câmara conversou com o Primeiro-ministro sobre esta questão, que manifestou todo o interesse nisto. Porque um projeto de duzentos e cinquenta milhões de

euros e a criação de três mil postos de trabalho não aparece todos os dias, nem em nenhum contexto como este.

Manuel Fernandes (PS) – Não me vou exceder no tempo em termos de explicações, só pedi a palavra, porque foi dirigida mais uma questão à bancada do Partido Socialista.

Na minha intervenção ficou clara a posição do Partido Socialista face a esta matéria e obviamente a bancada que aqui está representada. Mas pelas afirmações do Deputado Nuno Marques já percebi que existe um diferendo ou um equívoco, um problema ou alguma coisa que não está bem clarificada entre o executivo da Câmara e o Governo. Não percebo, porque é que o Sr. Deputado Nuno Marques se dirige à bancada do Partido Socialista para resolver um problema que o executivo eventualmente poderá ter com o Governo, não faço a mínima ideia. Se querem que a bancada do Partido Socialista seja mediador de algum problema que esteja a surgir, levantem essa questão diretamente ou sejam claros e digam “*Podem interceder para que se desenvolva aqui o projeto desta forma ou daquele caminho ou naquele sentido?*”. Façam o favor e digam! Não percebo, porque é que se dirigem à bancada do Partido Socialista dizendo e fazendo interpretações daquilo que supostamente a Sra. Ministra poderá eventualmente ter dito, na cabeça de cada um de nós. Aquilo que eu interpretei foi uma coisa diferente daquilo que o Sr. Deputado Nuno Marques interpretou. Aquilo que o Sr. Deputado Nuno Marques está a dizer é a sua opinião pessoal, que é diferente da minha. Em relação àquilo que poderá ser dito na comunicação social, que pode beliscar a reputação da Sra. Presidente ou alguns membros do executivo, eu talvez seja a pessoa menos indicada para falar em beliscar a reputação, porque depois daquilo que veio a lume, naquilo que foram os impropérios ditos a meu respeito alguns meses atrás na comunicação social, ao qual tive que me defender publicamente. Acho que é um pouco uma piada de mau gosto, dirigir-se a mim precisamente por esse motivo, de vir alguma coisa para a comunicação social que pudesse pôr em causa o bom nome dos membros do executivo, ou alguma reputação dos membros do executivo. Foi isso que eu entendi. Deve ser uma piada de mau gosto dirigindo-se a mim, porque fui a principal pessoa visada, naquilo que foram os impropérios proferidos por vários membros do executivo.

Em relação à outra situação, está clarificada, a posição da bancada do Partido Socialista foi aquela de início e se têm algum diferendo com o Governo, façam o favor de explicar. Depois de clarificarem esse diferendo façam-nos chegar essa informação, para fazer de forma diferente daquilo que tem acontecido até agora.

João Afonso Luz (CDU) – Julgo que, pelo conjunto de intervenções, já todos nos situámos mais ou menos. O diferendo e as questões colocadas à Bancada do Partido Socialista não tem a ver com o Governo propriamente, tem a ver com a necessidade que sentimos no concelho de perceber qual o papel e quais as posições do PS local. O Sr. Deputado e o conjunto da bancada já deram aqui um conjunto de esclarecimentos, os quais muito agradecemos, mas que efetivamente não jogam com o conjunto de declarações, com o conjunto de posicionamentos públicos de membros da federação, do responsável da concelhia do Partido Socialista em Setúbal.

Ó senhor deputado, nos dias de hoje todos temos um conjunto de facilidades de leitura e de comunicação entre nós e há coisas que se dizem e que se escrevem que não podem ficar apenas no ar para fazer campanha eleitoral.

O Sr. Deputado teceu aqui um conjunto de considerações sobre o amor, o carinho que o Partido Socialista tem em relação à ideia da marina no concelho de Setúbal e nós estamos a falar de um projeto, de uma intenção de projeto para o concelho onde temos uma Sra. Ministra do Mar cujo título que aparece em letras garrafais no jornal, e do qual não conhecemos

qualquer desmentido antes pelo contrário, nos diz que coloca as maiores reservas ao projeto turístico para a zona ribeirinha de Setúbal. Nem é para a marina, é para o projeto turístico da zona ribeirinha de Setúbal.

Quanto às questões da compatibilização de usos e da atividade produtiva no concelho, sobre essa matéria estamos mais que esclarecidos, não temos qualquer problema, sempre a temos defendido, aliás sempre a temos colocado à frente de muitas outras coisas. Não é por aí que vamos divergir nesta matéria, mas a verdade é que temos um dirigente do Partido Socialista no concelho que, no quadro das declarações da Sra. Ministra e do comunicado que faz nas redes sociais, a Federação do Partido Socialista no Distrito vem dizer que facilmente este é o projeto que foi vendido à população. São as palavras de um dirigente do PS, não faz parte desta bancada, é vereador na Câmara Municipal e Presidente da Concelhia.

Nós a partir daqui ficamos com algumas dúvidas, porque uma coisa é aquilo que o Sr. Deputado aqui nos diz, outra coisa é aquilo que é dito por um conjunto de membros do PS e alguns, julgo eu, com responsabilidades. Julgo que é assim que entendem os cargos, aliás ainda ontem o Sr. Vereador Paulo Lopes e Presidente da Concelhia do Partido Socialista nos disse que aos poucos se vai sabendo o que se pretende. Afinal isto é só jogo e casino, não querem saber de mais nada.

É preciso saber em que qualidade é que intervimos, se é no quadro do debate pessoal e da afirmação de ideias e de opiniões pessoais, se é na representação do Partido Socialista no concelho e precisávamos de esclarecer isto.

Acabamos por compreender, a dificuldade em encontrar assuntos, é tão grande que vai causando estas precipitações.

O Sr. Deputado Vitor Ferreira, a propósito de uma questão que coloquei sobre a ADSE, traz-nos aqui um problema que temos vindo a conversar até no quadro da Comissão Permanente e creio que devemos aprofundar e que tem a ver com a questão da agilidade, da forma como são feitos os pedidos de informação e da forma como eles são respondidos.

Inteiramente de acordo, subscrevo inteiramente, agora não respondeu à questão que eu tinha colocado e também percebemos o porquê. A verdade é que se queixam da falta de informação, mas os senhores deputados do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, com a base na informação que é fornecida, precipitaram-se imediatamente para tentarem encontrar alguma coisa e rapidamente passam da análise da informação que é fornecida para afirmar que há crime e que há peculato, foi isto que aconteceu com a situação da ADSE.

Os senhores deputados têm também que ser responsáveis por aquilo que é a análise da informação e a forma como a tratam, não podem agarrar na informação que é cedida e a partir daí com interpretações mirabolantes chegarem às conclusões que desejam. Os senhores estão desejosos de encontrar, porque não têm mais nada, um motivo, um facto, um *soundby* para lançar para a comunicação social “*Lá estão os malandros da CDU que estão a dar cabo disto tudo, são uns ladrões, uns criminosos, malta que até agarra no dinheiro dos trabalhadores e põe ao uso e....*”. Nós percebemos isso tudo! A ausência de outras coisas leva a este caminho.

Senhores deputados, no quadro da nossa discussão e na frontalidade com que tratamos estas matérias, temos que ter alguma correção e algum sentido, porque são um conjunto de factos que têm vindo a acontecer que nos revelam que da parte, designadamente, do Partido Socialista no concelho de Setúbal há um desorientação e uma tentativa desesperada de encontrar assuntos para debater.

Apenas para terminar gostava de dizer que não entendemos, no quadro desta bancada, que o executivo da CDU faz tudo bem e que tudo está perfeito, nem tudo aquilo que nós, no quadro desta bancada, aqui dizemos e fazemos está tudo bem. É pena é que a oposição no concelho não agarre nessas questões que não estão bem, pelo contrário tentam inventar e encontrar factos onde eles não existem.

Presidente da Mesa – Não tenho mais ninguém inscrito e nem inscreverei mais ninguém. Senhor Deputado Vitor Ferreira não quero deixar que diga algumas palavras que considere absolutamente imprescindíveis.

Vitor Ferreira (PS) – Vou ser breve. É só para dizer que esta bancada confia inteiramente no Presidente da Comissão Política da Concelhia de Setúbal. É solidária com ele, revê-se de um modo geral naquilo que são as suas palavras, a sua condução da política local e não vejo neste momento nenhuma razão para acompanhar a bancada da CDU nalgumas das críticas que faz. Compreendo que façam naturalmente aquele que é o vosso papel, nós fazemos o nosso que é o papel da oposição. É o nosso papel. Quero deixar uma vez mais esta ideia, que é o que vai ficar na ata, não há nenhum desencontro entre aquele que é o pensamento desta bancada e a aquela que é a liderança de Paulo Lopes, o Presidente da Comissão Política Concelhia, não há. Podem querer que haja, mas não há. Nós temos uma geringonça concelhia que funciona, não temos amigos da onça.

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Não consigo conter a graça com a piada que ouvi agora da minha camarada e amiga vereadora Carla Guerreiro, que costuma dizer que isto tem uma analogia futebolística e a declaração do Sr. Deputado Vitor Ferreira é como normalmente os dirigentes dos clubes de futebol quando dizem que confiam muito no treinador e no dia a seguir despem-no. Vamos ver. É uma graça.

Vitor Ferreira (PS) – Tenho que fazer defesa da honra, peço imensa desculpa. A Sra. Presidente não me conhece profundamente, mas eu trabalho neste concelho, nasci neste concelho, a Sra. Presidente sabe qual é a minha atividade profissional, sabe o que é o meu desempenho como pessoa, não tem razão nenhuma para dizer o que disse, essa analogia aplicada à minha pessoa é uma ofensa da honra grave. Para quem ameaça muito com tribunal...

Presidente da Câmara – Está feita a defesa da honra. Mas continuo a dizer que teve graça. Estou a relatar uma graça e teve graça. Vamos ver. O Sr. Deputado está muito nervoso, não esteja. Gostaria só de dar aqui uma informação em relação à intervenção do munícipe quanto à homenagem a Vitor Batista. Foi feita uma homenagem na Biblioteca Municipal há cerca de dois dias e consideramos extremamente justo que fosse exatamente no âmbito da Cidade Europeia do Desporto. Vai ser dado o nome de Vitor Batista ao campo que está a ser gerido pelos Amarelos, à semelhança do que fizemos na Varzinha com o nome de Fernando Tomé, vai ser dado também àquele campo que agora acabou de sofrer uma requalificação. Em relação às questões que o Sr. Deputado Fernando Monteiro colocou era só para saber se aquilo ia ser acabado? Peço desculpa, mas estava a falar na altura e sei que estava a falar da Rua Perpétua Azeitonense, mas perguntou...

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Como a obra está em fase de conclusão era só para não se esquecer eventualmente da possibilidade de colocar mais uma ou duas lombas naquela rua.

Presidente da Câmara – Julgo que não estava previsto, mas podemos ver isso.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Manuel Esteves julgo que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão deu as respostas praticamente todas.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Manuel Fernandes, ele já nos habituou a este tipo de intervenção, à forma acutilante, deselegante com que nos costuma brindar e provou mais uma vez que pôs os pés pelas mãos e as mãos pelos pés e não percebeu nada do que estava acontecer com a questão do Alfa e do Omega, esqueceu-se de que isto é um complemento até extremamente importante para a existência da marina.

A questão do terminal da estação intermodal é extremamente importante até para a marina e ele não percebeu nada, porque a marina ficou preterida em relação à estação intermodal, pelo menos foi isso que depreendi das suas palavras. Nós não estávamos sequer mais ou menos preocupados em 2008 quando apresentamos este plano da estação intermodal em detrimento da marina, não era nada disso. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Percebi a sua aflição para justificar uma outra coisa que foi a atitude da Sra. Ministra, isso é uma coisa e isto é outra.

Já tive a oportunidade de falar com a Sra. Presidente da APSS em relação à atitude da Sra. Ministra que ficou preocupada com a minha resposta, que não podia ser outra. Nós percebemos que estejam todos muito nervosos, nós não estamos. Estão todos muito nervosos em relação aos resultados eleitorais e já estão todos na grelha de partida.

Nós entendemos que uma questão institucional não tinha que ser tratada numa reunião político-partidária aquando da realização das jornadas parlamentares do PS em Sesimbra. Nós entendemos assim. A Sra. Ministra nem sempre demonstrou isso, demonstrou interesse no projeto, demonstrou que o grupo de trabalho que já tinha sido iniciado e que já foi constituído na outra administração portuária, que funcionou muito bem, continua a funcionar muito bem. Em relação a isso não há dúvidas quer no anterior mandato, quer neste mandato.

Já agora quero-lhe dizer que no anterior mandato esse grupo de trabalho, o Sr. Presidente da APSS e a Câmara Municipal de Setúbal, mandou fazer este estudo e no mesmo não encobriu nada e naquilo que diz respeito às declarações da APSS nesta página vêm definidos os limites em relação à intervenção, àquilo que é linha de utilização de navegabilidade e à outra parte onde poderia ser feita a marina. Está cá no livro, ninguém encobriu nada.

O Sr. David Show quando demonstrou interesse em fazer ali aquela marina, está neste livro, no esboço que mandou os seus técnicos fazer tem lá isto contemplado e no caso de haver necessidade de alargamento da marina ela pode ser feita para os lados ou até para dentro. Foi tudo equacionado e quando foi estudado a hipótese da marina isso foi posto ao grupo, porque ele ainda apanhou a administração anterior, foi posto à administração anterior e foi posto a esta administração e a Dra. Lídia sabe que isto não é problema para aqueles investidores.

Se não se puder fazer não se faz a partir da altura em que eles têm conhecimento que a partir de determinado nível não pode seguir a marina.

Escusa de estar para aí a dizer que uma coisa é fazer a marina e que outra coisa é pormos a atividade comercial do porto em causa, porque ninguém está a pôr a atividade comercial do porto em causa, ninguém! Nem a APSS e nem a Câmara Municipal pretendem uma coisa dessas. Nem o investidor, porque ele está consciente disso.

O Sr. Administrador tem reservas, nós não percebemos porquê e porque é que só teve reservas nessa reunião e não teve connosco. O que é interessante não é? Porque connosco quem chamou novamente a atenção na reunião que tivemos com o representante do investidor e com a nova administração foi a Dra. Lídia e o representante disse: *“Estamos conscientes disso, não é permitido, não é permitido, não se toca num litro de água para lá. É onde vocês disserem que é, é que se faz, precisam é de lançar concurso.”* Foi isto que foi colocado e não

percebemos qual é o interesse numa reunião partidária estarem a colocar uma dúvida que já não existe. Esse é que foi o problema que foi colocado.

Relativamente à documentação que não chega, julgo que há pouca coisa por entregar, se às vezes demora algum tempo têm que compreender que não temos um funcionário ou dois que está só adstrito às solicitações da Assembleia Municipal. São muito poucos os funcionários para tanto trabalho que os funcionários têm e por parte de todos os vereadores que por cá já passaram desde 2002 até agora, sempre que é solicitado por algum Deputado Municipal ver um processo, o mesmo é disponibilizado na hora pelos nossos serviços. Já foram aqui abaixo, já foram ao urbanismo, há provas disso tudo, portanto não estamos a perceber, ameaças muito menos. Não estamos a perceber.

As ameaças do Sr. Deputado Vitor Ferreira aqui colocadas, se calhar terão que ter outras formas para ter acesso à documentação. Não é preciso Sr. Deputado esse tipo de ameaça, sabe porquê? Porque já estamos habituados quando V. Exas estão no Governo aparece sempre algumas auditorias e estamos à espera delas. Estamos habituados. Não precisam de ameaçar, porque executam. Vocês não ameaçam, vocês executam e temos alguns auditores que nos dizem exatamente isso. Auditoria é política e aqui estamos nós.

Foram várias e não precisamos dessas ameaças porque vocês executam. Não temos medo desse tipo de coisas.

Relativamente às outras afirmações, se isso é para nos coibir da ação que nós colocámos em tribunal, colocámo-la e vocês têm que provar que nós prejudicámos os trabalhadores com a retenção do dinheiro, se é que retivemos algum dinheiro. Vocês têm que ir prova-lo.

Em relação ao muro, já tive a oportunidade de o ver cair e estamos a notificar a Quinta das Torres.

c) Saudações, Votos e Mocções

Não houve

IV – PERIODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 294/16 - Proposta n.º 77/2016 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso para a concessão do direito de exploração do Edifício do Lago, sito no Parque do Bonfim, em Setúbal

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Alberto Sousa Pereira (CDU) – Está neste momento a ser distribuído pelos Srs. Deputados uma proposta da minha autoria (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19) que visa aperfeiçoar um dos elementos do documento do concurso que tem alguns erros de carácter matemático.

O Programa de Procedimento do Concurso indica-nos na sua cláusula 18.ª, n.º 1, página 14, um quadro de critérios pelo qual se faz a escolha da melhor proposta e os critérios são divididos em três grupos, o Projeto de Exploração, Valia Técnica da Proposta e a Proposta de Remuneração. Até aqui está tudo muito bem.

O quadro tem um conjunto de critérios, depois tem várias percentagens e o júri de acordo com as propostas apresentadas atribui percentagens que oscila do zero (quando não está nada contemplado) até ao máximo que pode ser oito, cinco, dezoito, consoante as circunstâncias, depois essas percentagens são somadas e podem ter o valor teórico de zero ou de cem.

O problema está no n.º 2 dessa cláusula que diz o seguinte: “*O Valor Total será avaliado através da fórmula: $(VT) = (PE) + (VT) + (PR) = 100$ ”*. A fórmula apresentada no documento da proposta da Câmara tem três erros matemáticos, o primeiro é o uso abusivo de parêntesis, usa parêntesis onde não faz sentido nenhum a sua utilização. Depois tem duas variáveis diferentes com a mesma notação, o que é um absurdo matemático. Duas variáveis não podem ter a mesma notação numa equação, como é evidente. Não sendo isto suficiente no final a fórmula, no fundo é uma equação, tem dois sinais de igual com o número 100 a seguir que ninguém percebe qual é a intenção.

A proposta que apresento é que o n.º 2, o Valor Final seja avaliado através da fórmula $VF=PE+VT+PR$. A fórmula fica corrigida de todas as deficiências e a câmara dá uma boa imagem exterior de que sabe elaborar programas como deve ser.

É uma proposta de emenda e será posta primeiro a votação e se for aprovada passar-se-á à proposta apresentada peça câmara.

A proposta de emenda foi aprovada por maioria, com 35 votos a favor, 19 da CDU, 10 do PS, 5 do PSD/CDS-PP e 1 do AC, e 3 abstenções do BE.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta e com as alterações introduzidas pelo Sr. Deputado Alberto Sousa Pereira, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

2. Deliberação n.º 296/16 - Proposta n.º 79/2016 – DAFRH – Discussão e votação do Relatório Preliminar do Procedimento de Contratação de Empréstimo de Saneamento Financeiro

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, 4 votos a favor da CDU e AC, e 2 votos contra do PS e PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Vitor Rosa (BE) – Gostaria aqui de manifestar as preocupações do Bloco de Esquerda relativamente a este relatório de empréstimo, começando por denotar que foram pedidas informações ou endereçado convite a dez instituições bancárias, das quais só responderam três. Dando aqui uma imagem de assunção de crédito da Câmara Municipal de Setúbal.

Dizer também que em relação a este valor de empréstimo de 15 milhões ele é inferior ao valor do passivo exigível por terceiros a curto prazo que andarà na ordem dos 30 milhões, ou seja, este valor de 15 milhões pode não ser o suficiente para fazer face às dificuldades financeiras da câmara para o total do equilíbrio de contas da câmara. Assim sendo temos as nossas preocupações, porque estas propostas dos bancos em si não acorrem na sua totalidade àquilo que é solicitado por parte da câmara, não há um única entidade bancária que seja capaz de responder por si ao pedido da câmara de 15 milhões de euros. Acresce também aqui as taxas de juro ou as taxas de *spread*, mais concretamente, apresentadas que quanto a nós trazem aqui custos de encargos extremamente elevados. Por isso questionamos até que ponto, considerando estes encargos com o serviço de dívida, haveria a necessidade, porque este

empréstimo acaba por ser feito em três parcelas, de contrair o empréstimo destas últimas duas parcelas. Sublinhando se não se deveria, até certo ponto, questionar a necessidade de contrair estes dois empréstimos.

Presidente da Câmara – Começava pelo número de bancos, responderam quase todos, alguns de forma informal e que vieram aqui dizer que não tinham condições para irem a jogo, mas que estariam aqui para participar noutras iniciativas, porque nesta não tinham condições. O Millennium escreveu taxativamente que não tinha condições e houve um banco que respondeu que tinha condições para cobrir a totalidade. Nós só pedimos 15 milhões, não pedimos a totalidade do valor da dívida de curto prazo, porque achamos que 15 milhões é o valor com o qual nós podemos equilibrar os pagamentos e fazer com melhor prazo o tempo de pagamentos e equilibrar as contas de forma a nunca mais ultrapassarmos os 90 dias de prazo de pagamento.

Esse banco que disse que cobria a totalidade tinha um *spread* muito alto e nós não aceitámos. Aceitámos esta divisão dos seguintes bancos, da Caixa de Crédito Agrícola que se disponibilizou com 10 milhões, não é em função daquilo que nós podemos pagar ou não, é em função da disponibilidade que eles têm para concorrerem ao empréstimo. A Caixa de Crédito Agrícola participou com 0,75% de taxa de juro até quatro anos, a partir do 4.º ano a taxa passa a 1,2%. O Banco Popular concorreu com 2,5 milhões e a taxa de juro já vai em 3% e o Novo Banco 3,5% com os outros 2,5 milhões. Foi assim que ficou distribuído.

Vitor Rosa (BE) – No relatório relativamente às taxas do Novo Banco os valores que cá estão apresentados são de 4,5%.

Presidente da Câmara – São 4,5%, tinha aqui apontado 3,5%, mas são 4,5%.

Vitor Rosa (BE) – Daí que os encargos depois com a dívida, no total entre estes dois bancos, sejam de um milhão e qualquer coisa, por isso as preocupações. Se compreendemos as dificuldades para fazer face ao curto prazo e pagamento a fornecedores, atendendo ao futuro, e aos encargos que a câmara vai assumir com estes novos empréstimos.

Presidente da Câmara – O problema é que os juros comerciais são de 7.08, são mais baixos do que os juros comerciais, os chamados juros de mora.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 do AC, 15 votos contra, 10 do PS e 5 do PSD/CDS, e 3 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

3. Deliberação n.º 297/16 - Proposta n.º 80/2016 – DAFRH – Discussão e votação do Estudo da Situação Financeira e Plano do Saneamento Financeiro do Município de Setúbal

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, 4 votos a favor da CDU e AC, e 2 votos contra do PS e PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Paulo Valdez (PSD/CDS-PP) – Queria referir que solicitei alguns elementos na reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças e que não os obtive ao contrário daquilo que o Sr. Presidente da Assembleia disse. Ultimamente tem sido uma prática corrente, não era hábito, mas ultimamente tem sido e não sei porquê.

Uma das coisas que solicitei ao Sr. Diretor Financeiro foi que nos enviasse o plano de execução dos acordos que foram estabelecidos em maio de 2015, como é que tem sido feito os pagamentos pela Câmara Municipal aos diversos fornecedores. Isso não foi feito, mas julgo que a Câmara Municipal deve ter esses elementos disponíveis e com facilidade, mas não os distribuiu porque assim o quis.

O outro aspeto é que o documento em si não é muito esclarecedor, para não dizer outras coisas, porque não se consegue entender como é que a Câmara Municipal considera que resolve o seu problema transformando dívida de curto prazo em dívida de médio/longo prazo. É uma prática correta, mas não é isso que resolve, porque já todos reparámos que, e quem anda nesta casa há muitos anos sabe isso, sempre que a Câmara Municipal de Setúbal acelera nos investimentos dá isto. O Contrato de Reequilíbrio Financeiro de 2004 foi o resultado dos investimentos que foram feitos nos anos anteriores.

Não tiveram grande resultado eleitoral, também é verdade. Mas foi isso que aconteceu.

Por isso considero que um dos aspetos que não entendo na proposta é porque não há um programa de controlo de despesa municipal, ao contrário do Contrato de Reequilíbrio Financeiro que também não foi cumprido. O que acho estranho.

Outra coisa que se nota na evolução é que vamos continuar a ter os impostos no máximo.

Há algo que eu também solicitei, porque era bastante importante para a análise deste documento, mas recebi agora um outro documento que não tem nada a ver com o que pedi, entregaram-nos o mapa dos empréstimos de 2016 a 30 de setembro. Agradeço imenso mas não foi o que pedi. O que pedi foi a evolução dos passivos financeiros, isto é, a contração dos empréstimos ao longo do período contratual, como está aqui. Até podia começar como tem aqui desde 2014 até 2030, e as várias amortizações, as amortizações anuais que são executadas. A forma como o documento, que é de páginas e páginas de números, a maior parte deles sem grande relevância para a análise em questão, não permite analisar quais foram os impactos que a Câmara Municipal vai ter com a evolução dos empréstimos contraídos.

Nós vemos aqui anos e em que em 2016 há uma contração de 25 milhões de euros de empréstimos, mas são pagos 22 milhões e 100 mil. Em 2017 há uma contração de 10 milhões de euros de empréstimos e são pagos 11 milhões e 50 mil. Era a decomposição desta previsão orçamental da receita cobrada e da despesa paga que solicitei ao Sr. Diretor Financeiro para se conseguir compreender o impacto que este empréstimo e todo o conjunto de empréstimos vai ter na vida da Câmara Municipal.

Há algo que podia ser também clarificado, quando falam nos limites da despesa de investimento e fontes de financiamento.

Em 2017 temos cerca de 11 milhões de euros de despesas de investimentos, é o que está previsto, e em 2018 mais de 21 milhões. Em 2017 as receitas externas, isto é passivos financeiros e participações, são 8.250.000,00€ e em 2018 um valor similar, mas depois nas receitas próprias tem transferências de capital do Orçamento do Estado, que acho que não são receitas próprias na sua classificação contabilística, mas enfim.

Receitas próprias são aquelas que a Câmara Municipal obtém e não por transferências da Administração Central. Não devem ser incluídas em receitas próprias as transferências da Administração Central, não devem incluir as transferências, nem os empréstimos. Aparece cá outras receitas próprias, passa de 2.447.000,00 para 12.837.000,00, depois nos anos seguintes vai continuando a subir, 14 milhões, 14.300.000,00 até atingir o número mágico em 2030 de 19,5 milhões. Nunca mais há nenhuma contração de empréstimos.



Tudo isto é um trabalho académico sem haver uma explicação desses números, se analisaram o documento, com certeza que todos ou quase todos os membros da Assembleia já o fizeram, repararam que as explicações que vêm no estudo são no princípio um romance e depois é a transcrição dos dispositivos legais. Não há verdadeiramente uma justificação para cada um destes mapas e estes mapas são só números, reparem “racionalização da despesa de investimento” vejam o que é que lá diz, não tem nada, medidas de maximização da receita. *“As medidas de maximização da receita consubstanciam-se na otimização e racionalização das taxas e tarifas cobradas, por forma a garantir a redução dos valores em dívida ao Município.”*. Sabemos que as taxas e tarifas cobradas são um valor menor no total das receitas da Câmara Municipal de Setúbal, todos sabem disso. O valor substantivo das receitas são em primeiro lugar o IMI e depois as transferências da Administração Central, o IRS, o Fundo Social e todos aqueles, são as grandes verbas e algumas são as rendas das Águas do Sado e da EDP. Esses é que são os valores, não é a maximização das taxas municipais, que têm um valor, têm significado como tudo tem, um euro tem significado, mas não é isto que vai resolver o problema financeiro quando a Câmara Municipal quiser fazer investimento, não é. Leiam o documento, os mapas têm muitos números e até são mapas que dá interesse analisar, depois as suas justificações são de uma pobreza total.

Um documento como este, um plano de saneamento financeiro, uma pessoa está à espera de números, de mapas, mas que tenham como suporte o que está por detrás daqueles números, porque se não os números não dizem nada. Como é que nós sabemos qual é a previsão das receitas? O que é que está por detrás da previsão das receitas? O que é que está por detrás do plano de investimentos de 2017 a 2030? Tem que haver qualquer coisa por detrás disto, algumas ideias, tem que haver. Não diz, diz números. Passa de 20 milhões, 19 milhões, mas como? Com base no quê?

Leiam o documento, quem achar isso por bem, e vejam o que diz e depois transcrevam os artigos do regime financeiro das Autarquias Locais. Não há nenhuma análise fundamentada das opções estratégicas que estão por detrás deste plano de saneamento financeiro, não há nada. Porque é que a evolução das receitas é esta? Com que base é que a evolução das despesas com pessoal é esta? Com que pressupostos? Nós não sabemos.

É isto que torna este documento vazio de sentido nesse aspeto. Tem números, mas não sabemos como é que estes números foram construídos, pelo menos o documento não apresenta e havendo por detrás deste plano de saneamento financeiro um empréstimo de 15 milhões de euros falta aqui o documento enquadrador disso, que é a evolução dos empréstimos da Câmara Municipal ao longo destes anos. Não de uma forma dispersa, porque alguns até estão cá, mas em mapas, temos aqui tantos mapas, como podem ver são mais de uma dezena de mapas. Depois tem um conceito de despesa realizada, que é um conceito que aparece agora, é natural que exista, mas quando aqui dão a entender da despesa realizada parece uns compromissos assumidos, mas não são.

Gostaria também de perceber se a despesa realizada são os compromissos assumidos e como é que os compromissos assumidos são inferiores em alguns anos à despesa paga, porque os compromissos assumidos é o que é pago, mais os compromissos que foram assumidos e que têm que ser pagos, alguns daquele ano e outros nos anos seguintes. Há este novo termo de despesa realizada que no documento explicativo dá a entender que tem uma relação com os compromissos assumidos e faz uma relação com a receita liquidada, que é a receita que a câmara considera sua, mas como sabemos nem toda ela é cobrada.

É esta a fraqueza deste documento, não conseguimos, eu não consegui, chegar à conclusão de que com este documento não volta a acontecer o mesmo, porque não há nada de estrutural que mude na vida da Câmara Municipal de Setúbal. Se em dois mil e qualquer coisa acontecer um conjunto de coisas como aconteceu em 2011, 2012, 2010, etc., que foi avançar com um

conjunto de investimentos para a qual a Câmara Municipal não tinha capacidade financeira de os assumir, isto é, durante alguns anos vão ser os fornecedores a sustentar a Câmara Municipal. A maior parte dos fornecedores não abrangidos pelos projetos, os fundos comunitários agora têm o cuidado de já não ir como antigamente pelas faturas, mas pelos recibos.

É por isso Sra. Presidente que acho que este documento não é suficientemente explicativo e depois continua a haver a falta dos elementos que nós solicitamos e que não nos são transmitidos.

Joel Marques (PS) – A minha intervenção vai ser muito curta e bastante concisa, estamos de facto na presença de um documento que é perfeitamente insípido no que respeita quer à explicação sobre a evolução da receita, quer também e particularmente sobre aquilo que se considera ser necessário para maximizar a receita e para consolidar o que é a posição da Câmara Municipal no que respeita aos investimentos, à despesa e à receita.

Gostaria de ser esclarecido relativamente à seguinte questão: na página 35, nas medidas de maximização de receita, é referida a otimização e racionalização das taxas e tarifas cobradas, e o que é que se entende relativamente à maximização de receita no que respeita àquilo que é uma das principais fontes de receita do Município que é a cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis. Na verdade olhando para o que é a previsão orçamental da receita cobrada, a ideia que transparece é que se pretende continuar a cobrar a taxa máxima.

A minha questão prende-se com o seguinte ponto, estamos perante aquilo que tem sido a posição inabalável do Partido Comunista e do PEV ainda no que respeita a uma suposta obrigatoriedade de cobrança de taxa máxima de IMI na sequência do Contrato de Reequilíbrio Financeiro e hoje estamos perante uma nova obrigatoriedade por um prazo de 15 anos. Um prazo que é praticamente igual a 4 mandatos autárquicos, novamente de cobrança de taxa máxima de impostos, cobrança de taxa máxima de IMI, e de não devolução aos cidadãos daquilo que é a comparticipação da Câmara Municipal no IRS.

Afonso Luz (CDU) – Este documento de saneamento financeiro é uma possibilidade prevista na lei e julgo que estamos na altura certa para aproveitar precisamente este instrumento de forma a evitar que a situação financeira e a pressão sobre a tesouraria possa derrapar de maneira a que depois sejam precisos precisamente outras medidas mais rigorosas.

Trata-se aqui da transferência de dívida de curto prazo para médio/longo prazo, é uma forma de aproveitar também e reduzir bastante as taxas de juro. Este plano vai permitir ao município poupar na ordem de centenas de milhares de euros em juros. Permite também um cumprimento mais rigoroso da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e é verdade que resulta de investimentos efetuados pelo executivo. Investimentos que foram uma opção do executivo e da CDU e que estavam nos seus programas eleitorais e que nem sempre a câmara se conseguiu financiar da melhor maneira, tendo até em conta a crise que o país vem atravessando. Também é preciso dizer que alguns destes investimentos foram feitos para a câmara se substituir àquilo que seriam as competências do Governo, o caso do Convento de Jesus é talvez aquele que seja mais paradigmático. Não fossem também estas necessidades de investir em substituição de outros e a situação poderia ser melhor.

Relativamente à questão do IMI o entendimento que faço da lei que está aqui a ser invocada é que sendo esta uma opção voluntária da câmara não ficará obrigado a ter a taxa máxima de IMI, mas de qualquer modo continuo a não perceber muito bem esta questão do IMI. Foi apresentada na Assembleia da República uma proposta para que o IMI no máximo passasse para 0,4% e foi o PS, o PSD e o CDS que a chumbou. Não entendo esta questão aqui apenas em Setúbal, porque se temos 0,45% é por opção do PS, PSD que assim irá acontecer.

Presidente da Câmara – Estamos perante uma evidência de diferenciação de opiniões políticas, é o que estamos aqui a fazer, mas começava pela intervenção do Sr. Deputado Joel Marques em relação à página 35 que nada diz que nós estamos obrigados à maximização. Estamos perante um saneamento voluntário e é nesse sentido que não vai haver maximização, já há no Contrato de Reequilíbrio Financeiro, a menos que o Governo delibere anular essa Portaria, porque teremos que a cumprir até ao final.

Quanto a este não há maximização, porque é exatamente um saneamento voluntário.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Valdez, fiquei um bocado preocupada quando disse que não lhe entregámos o documento solicitado, mas como mais à frente referiu que pediu o mapa dos acordos e foi-lhe dado o mapa dos acordos. Pode não ter sido o mapa de acordo com a execução, mas também foi referido numa reunião da comissão que nós não devíamos nada a ninguém em relação ao cumprimento dos acordos, logo não tinha que haver mais nenhum aditamento àquele mapa. Está tudo em ordem, está a haver o cumprimento dos pagamentos dos acordos, por isso não tinha que haver aditamento algum, está a ser executado.

A questão deste saneamento é mesmo a sustentabilidade da dívida, não tem que haver medidas de restrição como já informei o Sr. Deputado Joel Marques e o problema é tornar a dívida mais fácil e mais sustentável. As condicionantes são as legais, as que vêm no documento, e se houver algo a aperfeiçoar o Tribunal de Contas dará conta disso com toda a certeza e dirá o que tivermos de aperfeiçoar de acordo com a lei.

Neste momento achamos que todo o documento está de acordo com a lei, mas como sabem às vezes há questões que o próprio Tribunal de Contas coloca e que nós temos que dar resposta como é óbvio.

Os compromissos assumidos são inferiores à despesa paga, porque se está a pagar dívida ou despesa transitada de anos anteriores.

É mais ou menos isto, de resto são questões muito mais técnicas.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 do AC, 15 votos contra, 10 do PS e 5 do PSD/CDS, e 3 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Joel Marques (PS) – Fez a seguinte declaração de voto, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23:

“O PCP e o PEV assumem hoje a responsabilidade do estrangulamento financeiro que o município sujeita os seus fornecedores. Assumem impondo aos setubalenses e azeitonenses um novo ciclo de maximização da carga fiscal com uma duração de 15 anos, impõem durante quase quatro mandatos autárquicos um espartilho ao concelho, aos munícipes e àqueles que depois de si virão governar o município.

Setúbal não se esgota no Km² à Av. Luísa Todi, não se esgota em intervenções casuísticas ao sabor do vento dos Fundos Comunitários sem planeamento e nem estratégia.

Os setubalenses e azeitonenses questionam onde está a nova Biblioteca Municipal prometida para o Largo José Afonso e obtêm como resposta a pintura da fachada da Biblioteca atual.

Perguntam pelo Terminal Sete e pelo Parque da Várzea e a réplica do PCP e do PEV é uma nova decoração da Casa da Baía e dos Paços do Concelho.

O custo dos últimos 15 anos supera largamente o benefício, parece um navio à deriva prestes a naufragar de anexos e da tripulação.

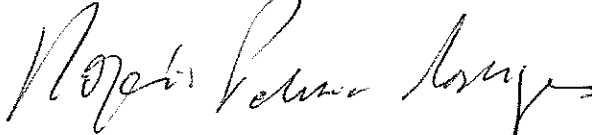
O Partido Socialista votou contra esta proposta por entender que a mesma se traduz numa solução de curto prazo que ignora os custos para a população e que não representa uma alteração ao paradigma de gestão casuística dos últimos 15 anos.”

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, o qual foi aprovado por unanimidade.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete, contém vinte e três folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e um de outubro, de dois mil e dezasseis.

O Presidente da Mesa



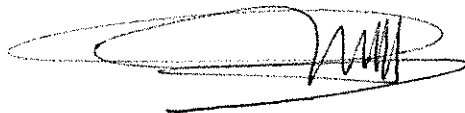
Rogério da Conceição Palma Rodrigues

O Primeiro Secretário da Mesa



Alberto Manuel de Sousa Pereira

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos
Verificada e revista por: Alberto Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa